

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL, EM CAMINHÃO-PIPA, COM FORNECIMENTO DE MOTORISTAS E COMBUSTÍVEL, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, CONFORME EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**

1.2. A contratação tem como objetivo garantir o fornecimento regular e suficiente de água potável para atendimento das demandas da **Secretaria de Desenvolvimento Rural**. Essa prestação de serviço deve estar em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, bem como com o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.3. Considerando o **item fracassado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2025–UC/G, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90195/2025 – UC-G**, faz-se necessária a republicação a fim de atender a demanda relativa aos objetos pretendidos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de água potável via caminhão-pipa no Município de Caruaru reveste-se de extrema importância e caráter estratégico, configurando-se como serviço essencial e indispensável para garantir o abastecimento hídrico em áreas urbanas e rurais onde a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) não consegue suprir integralmente a demanda.

2.1.2. A água potável é um recurso vital para a manutenção da vida, da saúde pública, do saneamento básico e para o funcionamento regular das atividades econômicas e sociais, conforme previsto na Constituição Federal (art. 225) e no Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). A ausência ou interrupção do transporte complementar de água potável, especialmente em um contexto de escassez hídrica e estiagens prolongadas atestadas por estudos técnicos da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), acarreta consequências severas e imediatas que comprometem a segurança hídrica, a saúde da população e a estabilidade econômica do município.

2.1.3. Além disso, a zona rural, gerida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, apresenta vulnerabilidade hídrica significativa e depende desse serviço para a garantia das necessidades básicas das comunidades, incluindo o consumo humano, irrigação agrícola e manejo animal. A falta desse abastecimento complementar resultaria em severos impactos socioeconômicos, como insegurança alimentar, aumento da pobreza rural e migração compulsória para áreas urbanas, o que agravaria ainda mais as desigualdades regionais.

2.1.4. O transporte da água potável será realizado a partir dos pontos de coleta indicados pela COMPESA, garantindo o fornecimento conforme as normas técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), assegurando a qualidade do recurso distribuído.

2.1.5. Dessa forma, a contratação desse serviço é vital e urgente para garantir a continuidade do abastecimento hídrico em Caruaru, protegendo o direito fundamental à água e à saúde, prevenindo o

colapso dos serviços públicos essenciais, resguardando a estabilidade social e econômica do município e mitigando os efeitos nocivos da escassez hídrica que assola a região.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Os quantitativos para Secretaria de Desenvolvimento Rural foram estimados de acordo com a média anual de consumo, bem como pela expectativa de uso de tais serviços durante o próximo ano, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 6 do ETP).

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 4 do ETP).

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Os serviços a serem contratados se classificam como de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

3.2. A presente contratação enquadra-se como **serviço contínuo**, conforme disposto no inciso XV do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

3.2.1. Neste contexto, a prestação de serviços de transporte de água potável, em caminhão-pipa, com fornecimento de motoristas e combustível, na zona rural do município de Caruaru será realizada de forma regular e constante ao longo da vigência contratual, atendendo às necessidades permanentes da Administração Pública Municipal de Caruaru. Essa modalidade assegura a continuidade do abastecimento, evitando descontinuidade nos serviços públicos e garantindo eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3.3. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **menor preço POR ITEM**, conforme justificativa constante no tópico 9 do ETP.

3.4. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

3.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

4. DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, a critério da Administração, mediante justificativa técnica que considere as peculiaridades do caso concreto.

4.2. Assim, fica vedada a participação de consórcios de empresas, independentemente de sua forma de constituição, uma vez que a execução dos serviços ora licitados não exige a conjugação de esforços empresariais para sua adequada realização.

4.3. Ressalte-se que o objeto em questão, prestação de serviços de transporte de água potável por

meio de caminhão-pipa, com fornecimento de motoristas e combustível, não se caracteriza como tecnicamente complexo, tampouco apresenta elevado risco financeiro ou operacional que justifique a formação de consórcio para sua execução.

4.4. Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, por assegurar maior competitividade, economicidade e observância aos princípios da moralidade e da eficiência administrativa.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

5.1. As especificação do serviço a ser contratado, bem como os quantitativos estimados, encontram-se detalhados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	Transporte de água potável em caminhão pipa com capacidade volumétrica mínima de 8.000 (oito mil) litros, para atendimento exclusivo na zona rural. A empresa contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) caminhões para uso exclusivo da secretaria, considerando que cada veículo deverá realizar entre 4 (quatro) e 5 (cinco) viagens diárias para cumprir integralmente as entregas contratuais. O serviço será prestado nas diversas localidades dos 04 (quatro) distritos que compõem a zona rural de Caruaru-PE, conforme solicitações da população local, garantindo que os caminhões possuam dimensões adequadas para acesso às vias rurais e cumprimento das entregas.	VIAGEM	10.080

5.2. Locais e Periodicidade de Entrega:

5.2.1. Os locais de entrega e abastecimento estão definidos no ANEXO III.

5.2.2. Periodicidade de Entrega:

Os serviços objeto deste contrato serão executados parceladamente, de acordo com as Ordens de Serviços emitidas pelo Órgão/entidade participante do contrato. Os abastecimentos ocorrerão nos locais previstos no Anexo III do Termo de Referência, com periodicidade de entrega definida na tabela abaixo:

ÓRGÃO/ENTIDADE	Periodicidade de entrega
SDR – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	O fornecimento de água potável será realizado de forma diária , considerando a necessidade de atender a todas as localidades descritas no ANEXO III. Cada caminhão deverá realizar, em média, 4 (quatro) a 5 (cinco) viagens diárias , totalizando aproximadamente 840 (oitocentas e quarenta) viagens mensais e 10.080 (dez mil e oitenta) viagens anuais , conforme dados históricos de consumo e demandas da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Ressalta-se que a execução diária do serviço é essencial para garantir o abastecimento contínuo da população rural, atendendo às famílias, à agricultura familiar e às atividades comunitárias da zona rural do Município de Caruaru-PE.

6. DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão fiscalizados pelos responsáveis dos respectivos departamentos que demandaram a execução, os quais garantirão o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, acompanhando a qualidade e a regularidade dos serviços prestados.

6.2. Fornecimento e transporte da água potável

6.2.1. O fornecimento de água potável será realizado através da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), com autorização preenchida pela Secretaria demandante, sendo o transporte realizado pela empresa contratada, do ponto de abastecimento indicado pela COMPESA até o local indicado pelas respectivas secretarias.

6.2.2. Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades especificados, ou que vierem a ser criados, fundidos e/ou extintos durante a vigência do registro de preços e/ou contrato(s). Tal redistribuição será formalizada por aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda. A contratada não poderá recusar-se a realizar o fornecimento nas quantidades especificadas no presente Termo de Referência e/ou no instrumento contratual.

6.2.3. Os abastecimentos serão realizados conforme demanda solicitada para as localidades definidas no Anexo Único deste Termo de Referência, podendo incluir novas localidades conforme necessidade dos órgãos mencionados.

6.3. Serão realizadas as seguintes atividades pela empresa contratada:

- a) Transportar a água para os locais indicados pelo MUNICÍPIO, conforme descrito no Anexo Único deste Termo de Referência, ou em outra localidade dentro do município de Caruaru, conforme necessidade do MUNICÍPIO;
- b) Disponibilizar o veículo nos horários e locais determinados pelo MUNICÍPIO, que será responsável pelo controle das viagens (abastecimentos);
- c) Cumprir os horários e a programação de serviços elaborada pelo MUNICÍPIO;
- d) Responsabilizar-se pelo desempenho e comportamento dos seus funcionários (motorista e ajudante).
- e) Encaminhar, de forma individualizada a cada secretaria demandante, os relatórios técnicos comprobatórios da execução dos serviços realizados, contendo, no mínimo, os dados de rastreamento/GPS de cada caminhão-pipa (com identificação do veículo, rota percorrida, datas, horários de saída e chegada, tempo de deslocamento, paradas), bem como a comprovação da autenticidade do sistema utilizado, conforme exigências deste Termo de Referência.

6.4. Despesas decorrentes da execução dos serviços

- a) Serão da contratada todas as despesas decorrentes da condução, carga e descarga (motorista/ajudante), combustível, manutenção e conservação do veículo, bem como licenciamento, seguro obrigatório e total, taxas e impostos incidentes sobre a titularidade do veículo;
- b) Não haverá despesa por parte da contratada relacionada à água transportada, pois esta será fornecida pela COMPESA;
- c) A proposta de preços deverá incluir todas as despesas acima descritas e individualizar os veículos afetos à prestação de serviço, sendo esta comprovação condição para assinatura do contrato.

6.5. Condições do veículo

- a) Cabe à contratada manter o veículo em condições de uso, de modo a não prejudicar o atendimento dos serviços;
- b) O veículo deverá dispor de dispositivo de rastreamento (GPS), com disponibilização do acesso à fiscalização da Contratante. A instalação e manutenção do equipamento serão de responsabilidade do proprietário do veículo;
- c) O veículo que apresentar qualquer defeito que inviabilize a execução dos serviços deverá ser substituído;
- d) A substituição deverá ocorrer em até 24 horas após o recebimento da notificação da Administração;
- e) O veículo deve estar em condições legais de tráfego, em bom estado de conservação e funcionamento;
- f) Em casos de avarias, acidentes, furto, roubo ou incêndio, o veículo deverá ser substituído;
- g) A substituição nas situações acima deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.6. Controle, fiscalização e documentação das viagens

Em conformidade com a Recomendação nº 002/2021 do Ministério Público de Pernambuco, a contratada deverá apresentar, **mensalmente**, os documentos comprobatórios da execução dos serviços de transporte, que constituem **condição indispensável para fins de medição e pagamento**:

6.6.1. Relatório de Viagens

A contratada deverá apresentar relatório mensal contendo:

- Data e horário de saída e chegada de cada viagem;
- Local de abastecimento e local de entrega;
- Quilometragem e tempo de percurso;
- Volume de água transportado;
- Identificação do veículo (placa e número de série do tanque);
- Nome e habilitação do motorista responsável;
- Assinatura do representante da contratada.

6.6.2. Comprovação técnica da execução das viagens

A contratada deverá apresentar, para cada veículo, **pelo menos um** dos documentos técnicos abaixo, com dados compatíveis com o relatório de viagens:

a) Relatório do Sistema de Rastreamento por GPS, contendo:

- Nome da plataforma tecnológica utilizada;
- Número de série/IMEI de cada dispositivo instalado;
- Vinculação dos IMEIs aos respectivos caminhões (com placas identificadas);
- Relatórios das rotas realizadas (datas, horários de saída e chegada, itinerários percorridos, tempo de deslocamento, paradas);
- Logs de operação acessíveis à fiscalização da contratante;
- Assinatura do responsável técnico da empresa contratada;
- Acesso à plataforma em tempo real ou sob demanda, a critério da Administração.

b) Extrato do Tacógrafo Digital, desde que:

- Proveniente de equipamento lacrado e verificado pelo INMETRO;
- Emitido por software homologado, com dados sobre distância percorrida, tempo de deslocamento, velocidade e paradas;
- Vinculado de forma inequívoca ao veículo utilizado;
- Assinado por responsável técnico da contratada.

c) Relatório de Módulo Embarcado de Monitoramento (caso disponível), contendo os mesmos dados exigidos no item “a”, com identificação técnica e validação da contratada.

Parágrafo único. A definição do documento principal exigido para fins de pagamento será realizada pelo órgão demandante responsável pela fiscalização do serviço, com base no critério de maior confiabilidade técnica e menor risco de fraude. A Administração poderá, a seu critério, exigir a apresentação conjunta de dois ou mais documentos em caso de inconsistência, dúvida ou divergência nas informações prestadas.

6.6.3. Capacidade volumétrica dos veículos

Para todos os veículos utilizados, a contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Volumétrica, emitido por órgão competente, como:

- INMETRO;
- COMPESA;
- Corpo de Bombeiros Militar;
- Ou outro órgão técnico habilitado.

O documento deverá conter:

- Capacidade nominal do tanque (em litros);
- Número de série do tanque ou do veículo;
- Data de emissão e validade (quando aplicável);
- Identificação e assinatura do responsável técnico emissor.

6.6.4. Termo de Fiscalização Técnica dos Veículos (ANEXO I)

Os veículos a serem utilizados pela contratada deverão ser submetidos à vistoria técnica obrigatória realizada pela Prefeitura, com emissão de Termo de Fiscalização Técnica dos Veículos, conforme modelo constante no Anexo I deste Termo de Referência. O referido termo deverá conter, no mínimo:

- Data e local da vistoria;
- Identificação completa do fiscal responsável (nome, matrícula, cargo e formação);
- Identificação do veículo vistoriado (placa, modelo, número do chassi e número de série do tanque);
- Capacidade volumétrica aferida;
- Estado de conservação do veículo e do tanque;
- Funcionamento do sistema de bombeamento/descarregamento;
- Verificação do funcionamento do sistema de rastreamento/GPS;
- Fotodocumentação;
- Assinatura do fiscal e do representante da empresa contratada.

Parágrafo único. A vistoria será realizada por equipe técnica da Administração Municipal, devendo contar com o auxílio de profissional de engenharia vinculado à Prefeitura e legalmente habilitado para atestar a conformidade técnica do veículo ao serviço contratado.

6.6.5. Envio formal da documentação comprobatória

A contratada deverá encaminhar **formalmente** toda a documentação técnica exigida neste Termo de Referência, inclusive relatórios mensais de viagens, comprovantes de rastreamento, extratos de tacógrafo, atestados de capacidade volumétrica e termos de fiscalização técnica, observando os seguintes requisitos:

- Sempre que aplicável, os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em papel timbrado da empresa contratada, com assinatura do responsável técnico e identificação completa da contratada;
- Para documentos gerados por sistemas homologados ou equipamentos certificados (como extrato de tacógrafo ou relatórios de plataforma de GPS), será exigida a assinatura do responsável técnico da contratada em documento de encaminhamento formal, atestando a veracidade, integridade e correspondência das informações, mesmo que o conteúdo principal não possa ser emitido em papel timbrado;
- O envio da documentação deverá ocorrer de forma individualizada para cada secretaria ou órgão demandante atendido, de modo a possibilitar o controle específico das entregas realizadas e a adequada instrução dos processos de medição e pagamento;
- Os documentos deverão conter comprovação técnica clara, precisa e inequívoca da execução dos serviços, permitindo o rastreamento integral das rotas percorridas, volumes transportados, veículos e motoristas utilizados;
- A ausência, omissão ou inconsistência nas informações apresentadas poderá acarretar a suspensão do pagamento, além da aplicação de sanções administrativas e das demais providências previstas no contrato e na legislação vigente.

Parágrafo único. O envio tempestivo, completo e formal da documentação técnica é condição indispensável para a liberação de qualquer pagamento à contratada, nos termos da Recomendação nº 002/2021 do Ministério Público de Pernambuco e das cláusulas deste Termo de Referência.

6.6.6. Condição para pagamento

O pagamento dos serviços contratados estará condicionado à apresentação, pela empresa, de toda a documentação listada nos subitens 6.6.1 a 6.6.5, devidamente conferida e validada pela fiscalização da Administração. A ausência, inconsistência ou inconformidade dos documentos poderá acarretar:

- Suspensão do pagamento do respectivo período;
- Aplicação de sanções administrativas, conforme legislação vigente;
- Comunicação ao controle interno e ao Ministério Público, se for o caso.

6.7. Local de execução

6.7.1. A prestação dos serviços, incluindo tudo que for necessário para a operacionalização, será realizada nos locais informados no Anexo I.

6.8. Forma e regime de execução

6.8.1. A execução dos serviços de transporte de água potável, em caminhão pipa, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caruaru, será realizada conforme as especificações contratuais e condições emergenciais.

6.9. Condições e Procedimentos para a Execução do Serviço

6.9.1. Os abastecimentos serão realizados nos locais previstos nos Anexos deste Termo de Referência, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 horas, mediante agendamento prévio realizado pelo MUNICÍPIO.

6.9.2. Cada secretaria ou órgão responsável informará à contratada o nome do responsável pela conferência e recebimento dos abastecimentos em sua unidade.

6.9.3. Para atender necessidades excepcionais, o serviço poderá se estender além do horário especificado. Eventuais alterações no horário, por necessidade do serviço, serão previamente acordadas e comunicadas tempestivamente à contratada.

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. O recebimento dos serviços de transporte de água potável será realizado de forma contínua, conforme a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, estando sujeito a verificações periódicas para assegurar o cumprimento das especificações operacionais e contratuais.

7.2. O recebimento será formalizado em duas etapas:

a) Recebimento Provisório: ocorrerá após o início efetivo do transporte de água potável, com a disponibilização dos caminhões-pipa e a realização das entregas nos pontos indicados pelo Município. Nesta fase, a contratada deverá apresentar toda a documentação exigida, e o responsável técnico da contratante realizará inspeções iniciais para verificar a conformidade com os requisitos contratuais. Caso sejam identificadas não conformidades, poderão ser solicitados ajustes. Esta etapa valida as condições iniciais da prestação do serviço, sem encerrar a fiscalização.

b) Recebimento Definitivo: ocorrerá quando o serviço estiver plenamente operacional, com entregas regulares e em conformidade com as quantidades, prazos e qualidade da água especificadas no contrato. Será realizado após a correção de eventuais falhas identificadas no período inicial e durante o acompanhamento contínuo.

7.3. A execução do serviço será fiscalizada continuamente. Relatórios de Conformidade, conforme modelo constante no ANEXO I, serão elaborados periodicamente e assinados pelos representantes da contratante e da contratada, descrevendo a situação geral do serviço e eventuais pendências, que deverão ser resolvidas pela contratada dentro dos prazos estabelecidos. Estes relatórios poderão ser atualizados sempre que necessário.

7.4. A continuidade do recebimento dos serviços está condicionada ao cumprimento integral das exigências contratuais, incluindo a disponibilidade constante dos caminhões-pipa, a qualidade da água transportada e a entrega nos locais e horários estabelecidos. A eventual não conformidade poderá implicar na recusa parcial ou total do recebimento, cabendo à contratada a imediata correção das irregularidades, sujeita às penalidades previstas no contrato.

7.5. O prazo para formalização do recebimento, após as inspeções periódicas e a entrega da documentação exigida, será de até 5 (cinco) dias úteis. Caso as condições contratuais não estejam atendidas ou a documentação esteja incompleta, o recebimento poderá ser suspenso até a regularização das pendências.

8. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Valor Referencial

8.1.1. O valor estimado para contratação dos serviços está expresso em Mapa Comparativo de Preços elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da SAD, parte integrante do presente Termo de Referência.

8.1.2. O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

8.1.3. Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

8.1.4. Todos os custos relacionados ao transporte, incluindo o deslocamento dos caminhões-pipa, bem como as operações de carga e descarga da água potável, serão de responsabilidade exclusiva da(s) empresa(s) contratada(s), devendo estar integralmente contemplados na proposta apresentada, inclusive os encargos com motoristas, combustível e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, sendo vedada qualquer solicitação posterior de custo adicional à Prefeitura Municipal de Caruaru.

8.2. Forma de Pagamento

8.2.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

8.2.2 Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os serviços efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

8.2.3 A nota fiscal, devidamente atestada, deverá ser apresentada ao setor financeiro de cada órgão ou entidade demandante, conforme o endereço especificado na ordem de serviço.

8.2.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a)** Guia de Recolhimento da Previdência Social – GRPS, correspondente às obrigações sociais do pessoal empregado na execução dos serviços objeto deste Contrato, relativa ao mês de competência ao do pagamento, devidamente quitada;
- b)** Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c)** Comprovantes de verbas rescisórias pagas e quitação de débitos com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d)** Folha de pagamento, com comprovantes da quitação, relativa aos funcionários alocados ao Contrato, cujo valor base deve coincidir com o da guia de recolhimento GRPS;
- e)** Comprovante de recolhimento de ISS referente à execução dos serviços.
- f)** Relação dos Trabalhadores (RE) alocados para execução dos serviços;
- g)** Folha de ponto;

h) Relação do Tomador de Serviço/Obra (RET);

i) Comprovante de fornecimento de EPIs, fardamentos, vales transporte, vale alimentação, bem como dos treinamentos realizados em segurança e higiene do trabalho, para todo o pessoal listado na Relação Nominal dos Funcionários, em conformidade com as exigências da NR-6 e demais normas de segurança e saúde no trabalho vigentes.

8.2.5. No atesto na Nota Fiscal ou Fatura devem ser apresentadas cópias das certidões válidas/atualizadas:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;**
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;**
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;**

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária;

8.2.6. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

8.2.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.2.8. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

8.2.9. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à Contratada, para correção.

8.2.10. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à Contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

8.2.11. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

8.3. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.3.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a requerimento da Contratada, apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com a exigência legal do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021.

8.3.2. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da Contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documentos.

8.3.3. Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no item anterior.

8.3.4. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

8.3.5. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

8.3.6. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do referido instrumento, a partir de quando as obrigações serão exigíveis, podendo ser prorrogado nos casos legalmente previstos nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21

9.2. As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

10. DA MATRIZ DE RISCOS

10.1. Nos termos do art. 13 do Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024 e dos arts. 22, §3º e 103 da Lei nº 14.133/2021, esta cláusula estabelece a alocação dos riscos entre a Administração e a Contratada, delimitando as responsabilidades de cada parte, a fim de garantir a adequada execução do objeto contratual e a continuidade do serviço público.

10.2. Compete à Administração, por meio da Gestão de Contratos e da Equipe de Planejamento da Secretaria demandante, mitigar os seguintes riscos:

I – O dimensionamento incorreto da quantidade necessária para atendimento da demanda, bem como o início intempestivo da oficialização da necessidade, adotando medidas como planejamento antecipado e levantamento detalhado das informações sobre eventos, datas e demais elementos essenciais, a fim de evitar o excesso ou a insuficiência de recursos adquiridos.

II – A indisponibilidade orçamentária para a realização da licitação, devendo assegurar a previsão orçamentária adequada e o monitoramento dos recursos financeiros para garantir a viabilidade da contratação.

III – A elaboração dos documentos de planejamento da contratação, sendo necessário estabelecer critérios objetivos de qualificação e avaliação técnica, para possibilitar a contratação de empresa capacitada.

10.3. Compete à Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração, bem como ao setor técnico responsável pela composição dos custos do processo, a mitigação do risco de contratação dos serviços com preços superiores ou inferiores aos praticados no mercado, devendo ser realizada pesquisa de preços e composição de custos eficiente e condizente com a realidade do setor, a fim de garantir economicidade e viabilidade da contratação.

10.4. Compete aos Fiscais e Gestores do Contrato, bem como à Contratada, garantir que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações técnicas mínimas e normas de segurança exigidas para o atendimento do objetivo da contratação. A omissão da fiscalização ou o descumprimento contratual por parte da Contratada poderá resultar em penalidades e demais medidas cabíveis previstas no contrato.

10.5. A Administração, principalmente através dos fiscais, deverá monitorar continuamente os riscos sob sua responsabilidade, adotando medidas corretivas sempre que necessário para evitar impactos na execução contratual.

10.6. A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais relativas aos seus empregados, inclusive pela responsabilização em eventuais demandas judiciais decorrentes dessas relações. Caberá aos fiscais do contrato, designados pela Administração, exercer a devida fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e legais, nos termos da legislação vigente.

10.7. A Contratada deverá assumir os riscos inerentes à sua atuação e responder por qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sujeitando-se às penalidades previstas.

10.8. Caso haja alterações relevantes nas condições de execução do contrato, a Matriz de Riscos poderá ser revisada para adequação às novas circunstâncias.

10.9. O descumprimento das obrigações de mitigação e gerenciamento dos riscos, por qualquer das partes, poderá ensejar a aplicação de penalidades e outras medidas cabíveis, conforme previsto na legislação vigente e no contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o transporte e a distribuição de água potável conforme as especificações técnicas, quantitativos, prazos, rotas e ordens de serviço estabelecidos no contrato e Termo de Referência, obedecendo rigorosamente às determinações do MUNICÍPIO.

11.2. Manter os caminhões-pipa em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, realizando revisões e reparos preventivos e corretivos periódicos, para garantir a operacionalidade e segurança durante a execução dos serviços.

11.3. Possuir toda documentação legal necessária para os veículos e motoristas, incluindo: licenciamento, seguro obrigatório, Certificados de Vistoria Técnica, CNH compatível com a categoria do veículo e demais autorizações exigidas por órgãos competentes.

11.4. Submeter os veículos às vistorias técnicas obrigatórias antes do início dos serviços e sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, garantindo condições adequadas para o transporte de água potável.

11.5. Equipar os caminhões-pipa com dispositivos de rastreamento por GPS em perfeito funcionamento, permitindo acompanhamento em tempo real das rotas, horários e volumes transportados. Fornecer relatórios periódicos detalhados à fiscalização.

11.6. Manter registros precisos e atualizados sobre cada abastecimento realizado, contendo: data, horário, volume transportado, origem, destino e responsável pelo recebimento. Apresentar relatórios mensais contendo essas informações para acompanhamento da fiscalização.

11.7. Realizar a higienização dos tanques dos caminhões-pipa no mínimo a cada 6 (seis) meses, cumprindo todas as normas sanitárias e ambientais vigentes para transporte de água potável, garantindo qualidade e segurança do produto.

11.8. Garantir que motoristas e colaboradores estejam treinados, capacitados e aptos para realizar as operações com segurança, conhecimento das normas técnicas e atendimento às exigências contratuais e legais.

11.9. Disponibilizar veículos reserva sempre que necessário, em caso de falhas, manutenção ou qualquer outro impedimento que comprometa a execução dos serviços, assegurando a continuidade da prestação sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

11.10. Facilitar o acesso da fiscalização contratual e órgãos reguladores às instalações, veículos, documentação e registros relacionados à execução do contrato, prestando todas as informações solicitadas.

11.11. Responder integralmente por danos causados a terceiros, ao MUNICÍPIO ou ao meio ambiente, decorrentes da execução do contrato, adotando as medidas preventivas e corretivas necessárias para mitigação e reparação.

11.12. Informar imediatamente à fiscalização contratual qualquer irregularidade, atraso, interrupção, avaria, incidente operacional ou qualquer fato que possa afetar a prestação dos serviços, apresentando justificativas formais sempre que necessário.

11.13. Garantir a entrega da água nos locais, horários e volumes acordados, respeitando os procedimentos de registro, controle e recebimento por responsáveis designados pelo MUNICÍPIO.

11.14. Assumir integralmente todas as responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias relativas aos seus empregados, isentando o MUNICÍPIO de qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade subsidiária.

11.15. A contratada deverá apresentar, no início da execução contratual e sempre que houver substituição ou inclusão de colaboradores, declaração formal de vínculo trabalhista dos motoristas, ajudantes ou demais profissionais alocados na execução do objeto, confirmando que os referidos trabalhadores mantêm vínculo empregatício regular com a empresa, nos termos da legislação vigente. A declaração deverá ser emitida em papel timbrado da contratada, assinada por seu representante legal e conter a identificação completa do trabalhador (nome, CPF e função desempenhada), bem como a vinculação ao veículo correspondente, quando aplicável. O não envio da referida declaração, ou a constatação de prestação de serviços por trabalhadores sem vínculo formal, poderá ensejar a suspensão do pagamento e a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo das demais medidas legais pertinentes.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Acompanhar a execução dos serviços por meio de fiscalização técnica e administrativa, garantindo que as atividades sejam realizadas conforme as especificações, prazos e condições previstas no contrato e no Termo de Referência.

12.2. Elaborar e encaminhar à CONTRATADA a programação dos abastecimentos, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, indicando as localidades, horários e volumes previstos para execução.

12.3. Manter registro atualizado e controle detalhado dos serviços prestados, incluindo apontamento dos dias e quantidades das cargas d'água efetivamente abastecidas, para monitoramento e comprovação da execução contratual.

12.4. Solicitar, quando necessário, o afastamento e a substituição imediata de qualquer funcionário da CONTRATADA que apresente desempenho insatisfatório, comportamento inadequado ou que comprometa a execução do contrato.

12.5. Prestar todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a adequada execução dos serviços, facilitando a comunicação e o cumprimento das obrigações contratuais.

12.6. Garantir o acesso da equipe da CONTRATADA às instalações, locais de abastecimento e demais áreas necessárias para a prestação dos serviços, respeitando os protocolos de segurança e logística definidos.

12.7. Analisar e aprovar os relatórios mensais de execução apresentados pela CONTRATADA, solicitando correções ou complementações quando necessário para assegurar a conformidade com o contrato.

12.8. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições, prazos e valores estabelecidos no contrato, mediante apresentação da documentação fiscal e comprovação da execução satisfatória dos serviços.

12.9. Informar imediatamente à CONTRATADA qualquer ocorrência, alteração ou situação que possa interferir na execução dos serviços, promovendo o diálogo para solução ágil de eventuais problemas.

13. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada pelos servidores abaixo designados:

ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES E FISCAIS
SDR – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	GESTOR: ROSANA BARBOSA DA SILVA, MATRÍCULA 560416, COORDENADOR 2; FISCAL: JESSYCA TATYANNE OLIVEIRA DE ARAÚJO, MATRÍCULA 560402, COORDENADOR 2; SUPLENTE DE GESTOR: MARCOS ANTÔNIO DE SOBRAL JÚNIOR MATRÍCULA 562631, GERENTE 1; SUPLENTE DE FISCAL: NAYARA DE ANDRADE RAMOS, MATRÍCULA 562218, CHEFE DE GABINETE III.

13.1.1. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

13.1.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

13.2. Procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização da Execução Contratual

13.2.1. A contratada deverá disponibilizar, previamente ao início da execução dos serviços, a relação completa dos veículos que serão utilizados, contendo as seguintes informações:

- Placa e chassi do veículo;
- Número de série e modelo do equipamento de rastreamento (GPS);

c) Comprovante de instalação e funcionamento do GPS, acompanhado de relatório técnico emitido por profissional habilitado.

13.2.2. Antes do início da prestação dos serviços, será realizada **vistoria técnica obrigatória** nos veículos, com emissão de laudo circunstanciado, contendo registros fotográficos, georreferenciamento e descrição das condições operacionais. O laudo será assinado conjuntamente pelo fiscal do contrato e pelo representante da contratada.

13.2.3. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá assegurar o pleno funcionamento do sistema de **monitoramento por GPS**, fornecendo acesso à plataforma de rastreamento e disponibilizando, semanalmente, relatórios contendo:

- a) Identificação do veículo (placa);
- b) Rotas percorridas;
- c) Quilometragem rodada;
- d) Horários de início e término de cada viagem.

13.2.4. Os relatórios de execução dos serviços deverão ser apresentados pela contratada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, acompanhados das respectivas **notas fiscais e relatórios de monitoramento**, os quais deverão ser **validados e atestados** pelo fiscal do contrato como condição indispensável para a liberação dos pagamentos.

13.2.5. A ausência ou a insuficiência de comprovação documental, bem como a inconsistência entre os dados apresentados e a execução efetiva dos serviços, implicará:

- a) Suspensão do pagamento;
- b) Notificação da contratada para apresentação de justificativas ou regularização;
- c) Aplicação das penalidades contratuais previstas, caso não sanadas as irregularidades.

13.2.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar **auditorias técnicas e operacionais**, bem como solicitar informações complementares sobre a execução dos serviços, devendo a contratada prestar pleno atendimento às demandas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

14.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.5. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

14.7. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

15.1. As despesas decorrentes do contrato ocorrerão pela fonte de recurso indicada abaixo:

UNIDADE GESTORA: 2 – Prefeitura Municipal de Caruaru

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 12000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FUNÇÃO: 17 - SANEAMENTO

SUBFUNÇÃO: 544 – RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA: 1704 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA EMERGENCIAL

Ação: 2.506 - Abastecimento de água emergencial na sede, distrito e para população urbana e rural

Despesa 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 101 – MSC – 1.501.0000 Recursos Próprios – 1.501.0000

16. -REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. REQUISITOS LEGAIS

16.1.1. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

16.1.2. Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023 - Regulamenta o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, no sentido de definir a classificação e o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as necessidades da administração pública municipal.

16.1.3. Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023 - Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru e dá outras providências.

16.1.4. Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 – Regulamenta o artigo 18 e os seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

16.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

16.2.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte de água potável, em caminhão-pipa, com fornecimento de motoristas e combustível, na zona rural do município de Caruaru, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Caruaru, conforme exigências e especificações estabelecidos neste instrumento. A contratação observará as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no Decreto Municipal nº 059, de 14 de agosto de 2023, e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA¹

¹ Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame,

16.3.1. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da contratada, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto especificado neste termo, com no mínimo de 30% da quantidade total estimada para cada item em objetos similares/da mesma natureza, quais sejam: serviços de transporte de água potável em carro pipa.

16.3.2. Os documentos de qualificação técnica serão analisados por comissão composta por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, órgão que concentram o maior quantitativo de demandas no âmbito do presente processo.

16.4. DOCUMENTAÇÃO CONDICIONANTE À ASSINATURA DO CONTRATO

16.4.1. A licitante vencedora deverá apresentar como condição para assinatura do contrato:

a) Atestado de capacidade volumétrica, de cada carro pipa, expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO ou pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), ou outro documento comprobatório do veículo que possa atestar a capacidade de volume.

b) Alvará da Vigilância Sanitária que ateste as condições do tanque de cada carro pipa, para transporte de água potável.

17. PROPOSTA

17.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

17.2. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

18. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

19. DAS CONDIÇÕES GERAIS

respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

19.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas na legislação pertinente;

19.2. A Contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

19.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

19.4. Não será admitida subcontratação dos serviços aqui especificados.

20. ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DO VEÍCULO

ANEXO II – MODELO DETALHADO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

**MARCOS ANTÔNIO DE SOBRAL JÚNIOR
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANEXO I
MODELO DE TERMO DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DO VEÍCULO**Processo Licitatório nº:****Contrato nº:****Data da Vistoria:****Local da Vistoria:**

Fiscal Técnico Responsável
Nome:
Matrícula:
Cargo/Função:
Formação Técnica/Acadêmica:
Registro Profissional:

Veículo Inspecionado
Placa:
Marca/Modelo:
Ano de Fabricação:
Número do Chassi:
Número de Série do Tanque:

1. Objeto da Vistoria

Verificação da conformidade técnico-operacional do veículo destinado à prestação dos serviços de transporte de água potável em caminhão-pipa, conforme especificações contratuais e normativas aplicáveis.

2. Inspeção Técnica**2.1 Capacidade volumétrica**

- Conferência da capacidade nominal do tanque (em litros), conforme atestado ou certificação emitida por órgão competente (INMETRO, COMPEA, Corpo de Bombeiros).
- Verificação da integridade física do tanque e ausência de vazamentos.

2.2 Estado de conservação e manutenção

- Avaliação do estado geral do veículo (chassi, pneus, freios, sistema elétrico).
- Inspeção visual e funcional do tanque (material, pintura, fixações).
- Verificação da manutenção preventiva e corretiva registrada.

2.3 Sistemas operacionais

- Teste funcional do sistema de bombeamento e descarregamento de água.
- Avaliação do sistema de vedação e dispositivos de segurança.

2.4 Sistema de rastreamento e monitoramento (GPS)

- Verificação da instalação do equipamento de rastreamento.



- Confirmação do funcionamento e integração com sistema da Administração.
- Análise do registro das rotas e relatórios fornecidos.

3. Documentação Técnica Apresentada

- Atestado de capacidade volumétrica (emitido por órgão competente).
- Certificado de calibração do tacógrafo ou equipamento equivalente.
- Relatório técnico do sistema de rastreamento.
- Documentos de manutenção e inspeção preventiva.

4. Resultado da Vistoria

- O veículo está em conformidade com as especificações técnicas exigidas para a prestação do serviço: () Sim () Não
- Caso haja não conformidade, detalhar:
- Recomendações e prazo para regularização:

5. Conclusão

Após análise dos itens inspecionados e da documentação apresentada, o veículo (...) (**ATENDE/NÃO ATENDE**) aos requisitos técnicos para execução dos serviços contratados, devendo a empresa adotar as medidas corretivas necessárias conforme recomendações e prazos estabelecidos pela Administração.

Foto documentação anexa

Assinaturas:

Fiscal Técnico Responsável

Representante da Empresa Contratada

Observação: Esta vistoria técnica foi realizada por equipe técnica da Prefeitura, com o auxílio de profissional de engenharia legalmente habilitado, atestando a conformidade do veículo para a prestação dos serviços conforme previsto no Termo de Referência e contrato vigente.

ANEXO II - MODELO DETALHADO DE RELATÓRIO DE CONFORMIDADE**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL – CAMINHÃO-PIPA**

Processo nº: [inserir número do processo]
Contrato nº: [inserir número do contrato]
Contratada: [nome da empresa contratada]
Período de Avaliação: [data inicial] a [data final]
Fiscal do Contrato: [nome completo e cargo]
Data da Inspeção: [data da vistoria]

1. Objetivo

Avaliar e comprovar a conformidade técnica, operacional e documental da execução dos serviços de transporte de água potável via caminhão-pipa, conforme previsto no Termo de Referência e no contrato vigente.

2. Documentação Técnica e Operacional Avaliada

- Laudos técnicos de vistoria dos veículos (número de série, capacidade, estado geral);
- Relatórios diários/semanais de deslocamento e abastecimento extraídos preferencialmente do sistema de rastreamento GPS, contendo registros de data, horário, distância e volume transportado; caso o sistema não esteja disponível, esses dados deverão ser comprovados por meio de registros manuais assinados pelo motorista responsável e validados pela supervisão da contratante, garantindo a integridade e a confiabilidade das informações.
- Notas fiscais e recibos de entrega devidamente assinados pelos responsáveis nos pontos de abastecimento;
- Checklists de inspeção dos veículos e equipamentos;
- Plano operacional detalhado da contratada;
- Registros fotográficos da operação, local de abastecimento e descarregamento;
- Relatórios de eventuais ocorrências (avarias, atrasos, desvios de rota, falhas técnicas).

3. Inspeção Técnica e Conformidade Operacional

Item Avaliado	Especificação Técnica	Resultado (Sim/Não)	Evidência / Observação Detalhada
Identificação dos veículos	Placas, adesivagem, sinalização		
Capacidade do caminhão-pipa	Volume máximo (m ³) conforme contrato		
Estado mecânico e de segurança	Condições dos freios, pneus, motor		
Sistema de rastreamento GPS	Funcionamento e precisão		Número de série, plataforma utilizada, logs anexados
Rotas e horários cumpridos	Conforme cronograma definido		Desvios e atrasos reportados
Quantidade total de água entregue	Volume total transportado (m ³)		Conferência com notas fiscais e recibos
Procedimentos de higienização	Conforme normas		Certificados de limpeza e

	técnicas		sanitização dos tanques
Documentação fiscal e administrativa	Notas fiscais, recibos, relatórios		Conferência documental completa

4. Indicadores de Desempenho

Indicador	Meta Contratual	Resultado Obtido	Status	Observações
% de viagens realizadas conforme cronograma	≥ 95%	[inserir %]	Conforme / Não conforme	[detalhes]
% de veículos em condições operacionais	100%	[inserir %]	Conforme / Não conforme	[detalhes]
Volume de água entregue mensal	Conforme previsão contratual	[m³ entregues]	Conforme / Não conforme	[detalhes]
Tempo médio de atendimento por viagem	Até [x] horas	[tempo médio]	Conforme / Não conforme	[detalhes]
Ocorrências reportadas	0 a [x]	[quantidade]	Conforme / Não conforme	[detalhes]

5. Pendências e Não Conformidades

[Listar detalhadamente todas as inconformidades técnicas, operacionais e documentais, com referência às cláusulas contratuais infringidas, prazo para regularização e responsável.]

6. Plano de Ações Corretivas

[Descrição das medidas que a contratada deverá adotar para sanar as pendências, com cronograma, responsáveis e eventuais multas ou penalidades aplicáveis.]

7. Anexo – Planilha Resumo de Viagens e Volume Transportado

(Anexar planilha eletrônica em formato Excel com os dados diários/semanalizados de: número do caminhão, data e hora da viagem, origem, destino, volume transportado, motorista responsável, duração da viagem, observações.)

8. Conclusão

Após análise técnica e operacional, conclui-se que:

- () Os serviços estão sendo prestados conforme as especificações contratuais e em conformidade técnica.
- () Foram identificadas não conformidades que deverão ser regularizadas conforme plano de ações corretivas.

9. Assinaturas

Fiscal do Contrato	Representante da Contratada	Data
[Nome, cargo e assinatura]	[Nome, cargo e assinatura]	[data da assinatura]

ANEXO III – LOCAL DE ENTREGA

A) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Zona Rural - 1º Distrito	Zona Rural - 2º Distrito	Zona Rural - 3º Distrito	Zona Rural - 4º Distrito
Agreste de Pau Santo	Assentamento Dona Izabel	Angelim	Cachoeira da Onça
Alecrim	Água Branca	Assentamento Nª Aparecida	Cacimba Cercada
Alto do Moura	Assentamento Geraldo Martin	Assentamento Normandia	Cacimbinha
Araçá	Assentamento Irmã Dorothy	Barbatão	Cajá Medeiros
Barra de Taquara	Assentamento Lago Azul	Coimbra	Cajazeira
Brejo da Mulata	Assentamento Macambira Borba	Contenda	Capim
Brejo da Palmeira	Assent. Olho D'agua do Felix	Fazenda Normandia	Chafariz
Brejo Novo	Baixio de Itaúna	Gonçalves Ferreira	Firmeza
Brejo Velho	Baraúnas	Gravatá Açú	Fundão
Campo Novo	Barra de Carapotós	Guaribas	Japecanga
Capivara	Barrinhos	Imburana	Jiquiri
Cipó	Boa vista	Jacaré de G. Ferreira	Lagoa de Pedra
Encanto	Brilhar	Jiquiri de Serra Velha	Lagoa do Exu
Fazenda Mirim	Cachoeira de Tabocas	Lagoa do Algodão	Lajedo do cedro
Lagoinha de Pedra	Cachoeira Seca	Lagoa Salgada	Lajedo Preto
Lajes	Dois Riachos	Malhada de Pedra	Macaco
Mata Negra	Cadete	Preguiça	Maria Clara
Murici	Craibeiras	Queimada do Uruçu	Maribondo
Pé de serra de S. Francisco	Caldas	Riachão	Medeiros
Peladas	Caldeirão	Riacho do veado	Serra São Bento
Posto Agamenon	Canãa	Saguim	Serrote dos Bois
Riacho da Palha	Carapotós	Serra dos Pintos	Serrote dos bois (Baraúnas)
Riacho do cipó	Carneirinho	Serra velha	Xicuru
Pau Santo	Cascavel 1	Serra Verde	Xique-xique
Riacho do Meio	Cascavel 2	Vitorino	Baixio do capim



Salinas	Gafieira	Campestre	Juriti
Serra dos cavalos	Gruta funda	Lagoa da Cruz	Jacariatá
Taquara	Itaúna	Antas	Assentamento Normando
Taquara de cima	Jacaré Grande	Azevem de Serra Velha	Cacimbinha Cercado
Taquara de São Pedro	Malhada de B. Queimada	Tapuia	Várzea da Picado
Campos	Mandacaru	Azevem de Cima	
Torres	Palmatória 1	Caldeirão de Antas	
Torres 2	Palmatória 2	Jucá	
Vasco	Papagaio	Riacho de Cima	
Veado Magro	Patos	Torres	
Vasco 2	Lagoa Roçada		
Olho D'agua da cana	Lajes		
Malhada das caveiras	Fazenda Bonanza		
Terra Vermelha	Juá		
Cajueiro	Pé de Pedra		
Taquara de Baixo	Pé de Serra Lajes		
Tigui	Pé de Serra de Melancia		
	Rafael		
	Reinado		
	Riacho Doce		
	Santa Maria		



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9A27-D0E0-E9BA-C0DA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS ANTONIO DE SOBRAL JÚNIOR (CPF 101.XXX.XXX-55) em 19/06/2026 11:00:05 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/9A27-D0E0-E9BA-C0DA>